

Fatores de risco e proteção para imigrantes venezuelanos: Papel das políticas públicas

Risk and protective factors for Venezuelan immigrants: role of public policies

Factores de riesgo y protección para inmigrantes venezolanos: papel de las políticas públicas

Facteurs de risque et de protection des immigrants vénézuéliens : le rôle des politiques publiques

 10.5020/23590777.rs.v24i1.e13560

Maiara Pereira Cunha  

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro da British Psychological Society.

Natália Marques Machado  

Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Carina Nunes Bossardi  

Coordenadora do mestrado profissional em Psicologia e professora do mestrado profissional em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Isadora Conversano de Azevedo  

Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo investigar os fatores de risco e proteção do processo migratório de famílias venezuelanas residentes no sul do Brasil sob o olhar das políticas públicas. Realizou-se uma entrevista semiestruturada individual com nove famílias venezuelanas. Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo categorial proposta por Bardin. Constatou-se como fatores de risco pré-migratórios a carência de alimentos, a falta de medicamentos e de itens de uso pessoal. Os fatores de proteção na Venezuela estiveram associados ao amparo de familiares e amigos e por meio do lazer. Os fatores de risco no Brasil, relacionaram-se a falta de moradia ou a condições precárias existentes nessa, a dificuldades com o idioma, a saudade de familiares, problemáticas associadas a inserção escolar da criança, ao retrocesso no ano escolar e a barreiras experienciadas relacionadas a cultura. Como fatores de proteção pós-migratórios cita-se o papel das organizações independentes no acolhimento ao imigrante, juntamente com a solidariedade da população brasileira, o lazer e o auxílio advindo da escola. Embora nos últimos anos tenha ocorrido modificações no contexto das políticas públicas brasileiras, as famílias que imigram ainda vivenciam fatores de risco significativos a saúde mental e física dos membros. Torna-se necessário a reflexão e debate do Estado em como está ocorrendo essas políticas a fim de preencher as lacunas existentes nesse contexto. Essa pesquisa traz consigo informações que poderão servir como um meio de orientação para futuras intervenções, com enfoque para a promoção da saúde dos imigrantes.

Palavras-chave: imigração, políticas públicas, família, Venezuela, abordagem qualitativa

Abstract

The present study aimed to investigate the risk and protection factors of the migration process of Venezuelan families living in southern Brazil from the perspective of public policies. An individual semi-structured interview was carried out with nine Venezuelan families. The categorical content analysis proposed by Bardin was used to interpret the data. Pre-migratory risk factors were found to be the lack of food, lack of medicines, and personal items. Protective factors in Venezuela were associated with support from family and friends and

through leisure. The risk factors in Brazil were the lack of housing or precarious conditions, existing difficulties with the language, missing family members, problems associated with the child's school insertion, setbacks in the school year, and barriers experienced related to the culture. As post-migration protection factors, the role of independent organizations in welcoming immigrants is cited, along with the solidarity of the Brazilian population, leisure, and assistance from schools. Although there have been changes in the context of Brazilian public policies in recent years, families that immigrate still experience significant risk factors for the mental and physical health of their members. The State must reflect and debate how these policies are occurring to fill the gaps existing in this context. This research brings information that could serve as a means of guidance for future interventions focusing on promoting the health of immigrants.

Keywords: immigration, public policies, family, Venezuela, qualitative approach

Resúmen

El presente estudio tuvo como objetivo investigar los factores de riesgo y protección del proceso migratorio de familias venezolanas residentes en el sur de Brasil bajo la mirada de las políticas públicas. Se realizó una entrevista semiestructurada individual con nueve familias venezolanas. Para la interpretación de los datos, fue utilizado el análisis de contenido categorial propuesta por Bardin. Se constató como factores de riesgo pre-migratorios la carencia de alimentos, la falta de medicamentos y de elementos de uso personal. Los factores de protección en Venezuela estuvieron asociados al amparo de familiares y amigos y por medio del ocio. Los factores de riesgo en Brasil se relacionan con la falta de vivienda o condiciones precarias existentes en esta, con dificultades con el idioma, con echar de menos a los familiares, problemáticas asociadas a la inserción escolar de niños, al retroceso en el año escolar y a barreras experimentadas relacionadas con la cultura. Como factores de protección postmigratorio se cita el papel de las organizaciones independientes en la acogida al inmigrante, juntamente con la solidaridad de la población brasileña, el ocio y la ayuda proveniente de la escuela. Aunque en los últimos años haya ocurrido cambios en el contexto de las políticas públicas brasileñas, las familias que inmigran aún vivencian factores de riesgo significativos a la salud mental y física de los miembros. Se hace necesario la reflexión y debate del Estado en cómo está ocurriendo estas políticas con el objetivo de rellenar los huecos existentes en este contexto. Esta investigación trae informaciones que podrán servir como medio de orientación para futuras intervenciones, con enfoque para la promoción de la salud de los inmigrantes.

Palabras clave: inmigración, políticas públicas, familia, Venezuela, enfoque cualitativo

Resumé

Cette étude visait à étudier les facteurs de risque et de protection du processus de migration des familles vénézuéliennes vivant dans le sud du Brésil sous l'angle des politiques publiques. Un entretien individuel semi-structuré a été réalisé avec neuf familles vénézuéliennes. Pour l'interprétation des données, l'analyse de contenu catégorielle proposée par Bardin a été utilisée. On a constaté les facteurs de risque pré-migratoires suivants : le manque de nourriture, le manque de médicaments et le manque d'articles à usage personnel. Les facteurs de protection au Venezuela étaient associés au soutien de la famille et des amis, ainsi qu'aux loisirs. Les facteurs de risque au Brésil étaient liés au manque de logement ou aux conditions précaires, aux difficultés linguistiques, à la nostalgie des membres de la famille, aux problèmes d'insertion scolaire des enfants, au retard scolaire et aux barrières culturelles. Parmi les facteurs de protection post-migratoires, on cite le rôle des organisations indépendantes dans l'accueil des immigrants, ainsi que la solidarité de la population brésilienne, les loisirs et l'aide de l'école. Bien que ces dernières années aient vu des changements dans le contexte des politiques publiques brésiliennes, les familles immigrées continuent de faire face à des facteurs de risque significatifs pour la santé mentale et physique de leurs membres. Il est nécessaire que l'État réfléchisse et débattenne sur la manière dont ces politiques se déroulent afin de combler les lacunes existantes dans ce contexte. Cette recherche fournit des informations qui peuvent servir de guide pour les interventions futures, en mettant l'accent sur la promotion de la santé des immigrants.

Mots-clés : immigration, politique publique, famille, Venezuela, approche qualitative

O deslocamento forçado no cenário mundial afeta uma em cada 78 pessoas. Até o final do ano de 2021, quase 90 milhões de pessoas (89,3 milhões) deixaram suas casas involuntariamente (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR], 2021b). Além disso, dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) revelaram que no ano de 2019 mais de 6 em cada 10 imigrantes no mundo, eram mulheres e crianças. No mesmo contexto, registra-se que a Venezuela se caracteriza como o segundo país mais representativo no cenário da imigração forçada, posto que mais de 4 milhões (4,6 milhões) de venezuelanos até o final de 2021 deixaram seu país em função da situação política e econômica que vigora nesse território (ACNUR, 2021b).

Na mesma linha, registra-se que o Brasil se mostra como o quinto país mais procurado pelos imigrantes venezuelanos (ACNUR, 2021b). Entre 2011 até 2021, a nacionalidade com o maior número de solicitações foi a Venezuela (ACNUR, 2021b). Das mais de 60 mil (61.660) pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil até agosto de 2021, quase 50 mil eram de imigrantes venezuelanos (48.477) (ACNUR, 2021a). Até início de 2023, o Brasil realizou quase 54 mil decisões (53.485), reconhecendo como refugiados mais de 70% das solicitações realizadas (ACNUR, 2023).

Em Boa Vista, no ano de 2019, mais de 30 mil venezuelanos (31.943) encontravam-se na região, sendo que cerca de 6,3 mil estavam alocados em abrigos feitos pelas Forças Armadas e, até março de 2019, mais de 1500 (1581) viviam em situação de rua na região (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2019). O estado de Santa Catarina em 2019, caracterizou-se pela quarta região que mais realocou imigrantes, ficando atrás somente do Rio Grande do Sul, São Paulo e Amazonas (Silva, 2019).

Destaca-se que, a condição de refugiado supramencionada refere-se a pessoas que foram forçadas a abandonar seu país de origem devido aos riscos que esse apresenta a sua sobrevivência, o que se diferencia de uma imigração voluntária, posto que essa última ocorre por vontade e escolha do sujeito (ACNUR, 2019a). Ainda, no que concerne a imigrantes involuntários, esses podem trazer consigo traumas e um sentimento de ambivalência – relacionado a vontade de retornar as origens e a necessidade forçada de partir. Menciona-se também, que quando se aborda o sistema familiar do refugiado, deve-se considerar que esse pertence a um nicho ecológico individual (composto por uma gama de aspectos socioculturais - como a língua nativa, a educação, a nacionalidade e as questões ideológicas). Logo, a adaptação em um novo país, relaciona-se com essas origens e significações trazidas (Falicov, 2016).

Já referente a definição de fatores de risco e proteção, pontua-se que se define como fatores de risco, condições ou variáveis que podem aumentar a probabilidade de resultados negativos ou indesejados, tais como problemas de saúde, falta de bem-estar ou dificuldades de adaptação social. Esses fatores podem ser influenciados por características individuais, sociais e culturais, bem como por comportamentos que possam afetar o indivíduo de forma negativa. Por outro lado, os fatores de proteção são mecanismos ou processos que ajudam o indivíduo a lidar com ambientes hostis ou desfavoráveis, contribuindo para sua adaptação saudável e integração social (Martins-Borges, 2013; Reppold et al., 2002).

No que concerne ao cenário legislativo e das políticas públicas, a Convenção de 1951, em Genebra e o Protocolo de 1967, que retira as limitações geográficas e temporais dessa primeira convenção, são marcos do sistema internacional de proteção ao refugiado. No Brasil surge, em 1997, a Lei nº 9.474 (1994), símbolo nacional de direitos e regulamentação do refúgio no âmbito brasileiro (Castro et al., 2019). Vinte anos depois, tem-se a aprovação da nova *Lei de Migração* (Lei nº 13.445, 2017). Essa, em consonância com a Constituição de 1988, estabelece ao imigrante direitos como acesso a saúde, educação, justiça, bem como ações sociais. No entanto, em contrapartida a esses avanços, o Governo Federal retirou-se em 2019 do *Pacto Global para Migração* da ONU, o qual visa uma atuação conjunta e coletiva dos países frente a crise migratória existente, assinado por 164 nações (ACNUR, 2019a).

Posto isso, a pesquisa realizada por Lodetti e Martins-Borges (2020) com refugiados sírios residentes em Florianópolis-SC, evidenciou como fatores de proteção em suas análises a manutenção dos vínculos com familiares, amigos e com elementos culturais, assim como a receptividade de brasileiros e possibilidades no mercado de trabalho. Na mesma linha, Granada et al. (2017) destacam a necessidade de equidade no acesso à saúde e ampliação das políticas públicas como aspectos de fomento do bem-estar do imigrante. Contraposto a isso, os fatores de risco foram vinculados à violência, à rupturas forçadas (tanto materiais, quanto afetivas), à dificuldades de acesso a serviços públicos, bem como à presença da discriminação (Lodetti & Martins-Borges, 2020) e relacionados a dificuldades com o idioma (Bezerra, 2016).

Tratando-se mais especificamente da situação das famílias venezuelanas no cenário brasileiro, o estudo de Raffoul (2020) aborda também a existência de barreiras relacionadas aos serviços públicos de atendimento e, ainda, a dificuldade de integração (como a existência significativa do desemprego nessa população). Quanto aos aspectos protetivos, o artigo destaca a organização dos abrigos de acordo com o perfil de pessoas, o que permite uma observação mais ampla acerca das necessidades. No entanto, o estudo salienta que, embora exista a tentativa de tal organização e preservação dos direitos humanos, a superlotação dos refúgios em Roraima vive sob a quebra desses direitos.

Assim, somado a relevância social do tema, o campo de produções científicas na área também se apresenta com lacunas. O levantamento realizado por Galina et al. (2017) salienta a necessidade de mais estudos na área, sobretudo na América Latina, frente ao aumento dos processos migratórios nos países e a carência de discussões sobre a temática.

Logo, diante de tais lacunas existentes tanto no cenário internacional, quanto no contexto nacional, assim como a carência de produções científicas que investiguem o âmbito das políticas públicas vinculado a imigração involuntária de famílias, torna-se necessário a existência de mais estudos na área. Através de pesquisas enfocadas nessa temática, permite-se uma visão ampla para a realização de práticas interventivas que visem a promoção da saúde das famílias imigrantes e seu desenvolvimento saudável, bem como políticas públicas direcionadas a essas famílias. Dito isso, o presente estudo teve como objetivo investigar os fatores de risco e proteção do processo migratório de famílias venezuelanas residentes no sul do Brasil sob o olhar das políticas públicas.

Método

Natureza da pesquisa e participantes

A presente pesquisa possuiu uma abordagem qualitativa, um corte transversal e um delineamento exploratório (Sampieri et al., 2013).

Os participantes da pesquisa foram nove famílias venezuelanas residentes no sul do Brasil. O critério de saturação de dados foi utilizado para determinar o número de entrevistados, o que significa que a inclusão de novos participantes foi interrompida quando os dados coletados começaram a se repetir, indicando que a coleta de dados adicionais não era mais necessária (Fontanella et al., 2011).

Este estudo teve como critério de inclusão a necessidade de a família entrevistada ter imigrado para o Brasil há no mínimo seis meses e ter filhos na idade entre sete e dez anos. Estabeleceu-se esse critério de tempo de imigração, em função do idioma e da necessidade de familiaridade com ele. Já referente à idade das crianças, essa embasou-se no estágio operatório concreto proposto por Piaget, o qual se inicia por volta dos sete anos de idade e se estende até os doze anos. Nele, a criança passa a ter a habilidade de raciocinar logicamente sobre objetos concretos e fatos da realidade em que vive (Bee, 2011).

A coleta ocorreu no mínimo com um membro da família, identificados como mães, pais ou responsáveis pelas crianças, como irmãos a partir de 18 anos. Os participantes foram, em sua maioria, do sexo feminino. As idades estiveram entre 26 e 48 anos. O grau de escolaridade variou desde fundamental incompleto até ensino superior completo. A Tabela 1 apresenta a identificação dos participantes.

Tabela 1

Participantes

Família	Responsáveis	Sexo da criança	Idade (anos)
F1	P1 (mãe)	Feminino	10
F2	P2 (mãe) e P3 (pai)	Feminino	8
F3	P4 (mãe) e P5 (pai)	Feminino	9
F4	P6 (mãe)	Feminino	10
F5	P7 (mãe)	Masculino e Feminino	9 e 10
F6	P8 (mãe)	Feminino	8
F7	P9 (mãe) e P10 (pai)	Feminino	8
F8	P11 (irmã)	Masculino	10
F9	P12 (mãe)	Masculino	10

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada na residência dos participantes, com horários previamente agendados em contato com a psicóloga responsável. Os locais para a coleta, dependiam dos ambientes disponibilizados em cada residência, variando entre cômodos como cozinha, sala e quarto. Destaca-se que algumas residências visitadas eram ambientes provisórios, disponibilizados pela rede Cáritas.

Com o intuito de acessar os participantes da pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada individual com os familiares, conduzida pela pesquisadora e auxiliada pela psicóloga responsável, caso fosse necessário. As questões abordaram os fatores de risco pré e pós migratórios, bem como fatores de proteção frente a todo o processo migratório involuntário. As perguntas envolviam temáticas culturais, emocionais, financeiras e sociais acerca da imigração e suas vivências no país de origem e no Brasil. Através de um roteiro previamente elaborado e flexível, esse modo de entrevista permitiu uma visão ampla sobre os assuntos trazidos e suas significações, posto que transcorreu de acordo com as narrativas de cada sujeito e sua subjetividade, o que possibilitou a compreensão e integralização dos dados (Moré, 2015).

Procedimento para coleta e análise de dados

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Os participantes da pesquisa foram contatados por meio da Rede Cáritas Brasileira através do Projeto PANA, o qual foi iniciado no sul do Brasil em dezembro de 2018, acolhendo mais de 200 venezuelanos na região. Inicialmente foi feito contato com o escritório da Rede Cáritas localizado em um município da Região Sul do Brasil. Após a autorização para a coleta de dados,

as pesquisadoras acompanharam a psicóloga responsável pelo referido projeto nas visitas domiciliares. Apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes e após a confirmação da vontade voluntária de participação, iniciou-se a gravação da entrevista, a qual foi posteriormente transcrita na íntegra.

A análise de dados ocorreu por meio da Análise de Conteúdo Categrorial proposta por Bardin (2011), por uma das pesquisadoras, de forma manual. Na primeira fase, denominada de *pré-análise*, ocorreu a organização e leitura do material coletado. Após isso, foi realizada a chamada *exploração do material*. Nela, aconteceu a codificação e elencação das categorias. Por fim, realizou-se o *tratamento dos resultados*, ou seja, a interpretação e sentido desses e das categorias feitas. A pesquisa e análise dos dados ocorreu entre os anos de 2019 e 2020.

Resultados e Discussão

Através dos dados coletados, foram elencadas quatro categorias de análise e suas respectivas subcategorias, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2

Categorias e subcategorias

Categoria	Subcategorias
Fatores de risco pré-migratórios	Sem subcategorias.
Fatores de proteção pré-migratórios	Familiares e amigos; atividades de lazer.
Fatores de risco pós-migratórios	Questões habitacionais; idioma; saudade; adaptação.
Fatores de proteção pós-migratórios	Instituições; atividades de lazer; receptividade no Brasil; amparo escolar.

Fatores de risco pré-migratórios

Esta categoria possui como enfoque as dificuldades vivenciadas pelos participantes no país de origem. Por meio das falas das famílias, pode-se constatar uma predominância de verbalizações relacionadas a escassez de alimentos, seguido pela falta de medicamentos e utensílios de necessidades básicas (como roupas, sapatos e itens de higiene). Termos como “muito ruim”, “difícil” e “horível” apareciam com destaque junto aos relatos sobre a crise na Venezuela.

Nesse contexto, Granada et al. (2017) expõem essas problemáticas como fruto de um processo multifatorial, o qual afasta o indivíduo de seus direitos básicos de sobrevivência. Lodetti e Martins-Borges (2020) destacam que o processo de imigração forçada é marcado por múltiplas perdas, tanto materiais, quanto simbólicas. Já no país imigrado, Machado et al. (2019) registram a carência de iniciativas governamentais que acolham de forma integral o imigrante.

Semelhante aos resultados da presente pesquisa, Pauli e Almeida (2019) apresentam que a imigração de venezuelanos ocorre sobretudo com o objetivo de tentar garantir a subsistência, visto que a renda existente no país de origem mostra-se insuficiente para suprir as necessidades básicas. Destaca-se que além dos frequentes sacrifícios materiais feitos, a família imigrante necessita lidar ao mesmo tempo com tensões emocionais advindas do processo migratório forçado. Nessa conjuntura, registra-se ainda problemáticas relacionadas a preservação dos direitos humanos dessa população no país imigrado, as quais entram em confronto com uma visão discriminatória de soberania e controle existente nas nações atualmente (Bryceson, 2019).

No Brasil, mais especificamente, embora tenha ocorrido mudanças na legislação nos últimos anos (como a *Lei de Migração*, 2017), o Estado ainda possui políticas migratórias descoordenadas e até mesmo, paliativas (França et al., 2019; Santos, 2020). Nesse sentido, frente as lacunas deixadas pelos órgãos governamentais, muitas vezes a sociedade civil atua e promove ações humanitárias com intuito de acolher essas demandas (Rikils, 2019; Santos, 2020). Posto isso, as falas de P1 e P7 exemplificam os apontamentos citados: “(...) quando nós chegamos no refúgio, a gente pegou o almoço e foi arroz com carne e salada, para uma pessoa na Venezuela comer arroz com carne e salada, tem que ser milionário (...)” (P7).

Primeiro, a situação que estava acontecendo na Venezuela... o salário, não dava... um mês de trabalho só dava... você trabalhava trinta dias e comia um dia com o salário... não tinha para cobrir todas as necessidades... o colégio das crianças, seus calçados, seus livros... não dava... e decidimos sair (...). (P1).

Os discursos na entrevista expuseram como a falta de recursos financeiros, alimentícios e de utensílios básicos estiveram presentes na vivência da família imigrante. Tal fato, configura-se como um fator de risco, uma vez que pode impactar a saúde mental e física das famílias em questão. Assim, políticas públicas que atuam frente a isso (tanto no sentido assistencial, quanto de incentivo da autonomia) fazem-se necessárias.

Fatores de proteção pré-migratórios

Esta categoria refere-se às potencialidades demarcadas no país de origem, a qual está subdividida nas subcategorias: familiares e amigos e atividades de lazer.

Familiares e amigos

O foco desta subcategoria está na apresentação de familiares e amigos como meios de amparo no país de origem. Nos relatos, o apoio foi encontrado principalmente nas mães dos entrevistados, as quais auxiliavam no cuidado com os netos, bem como contribuíam para a subsistência da família. Já a existência de amigos no círculo social foi mencionada como uma rede de amparo sobretudo para as crianças, através de brincadeiras e interações com outros infantes na região onde residiam, fomentando o relacionamento interpessoal e o desenvolvimento infantil saudável.

Sob essa perspectiva, Bezerra (2016) aponta em seus resultados a rede de amigos do infante como um fator protetivo e de manutenção da saúde mental. Salienta, ainda, a importância do apoio social para uma potencial amenização dos estressores vivenciados pelas famílias imigrantes (Stewart et al., 2015). Destaca-se que, frente aos laços estabelecidos no país de origem, torna-se imprescindível que a nação de acolhimento traga consigo políticas públicas que acolham empaticamente o imigrante, a fim de incentivar seu processo aculturativo e fomentar o sentimento de pertencimento. Embora o cenário brasileiro seja marcado pela pluralidade cultural, o território ainda carece de políticas públicas efetivas nesse sentido (Dantas, 2017). Abaixo, apresentam-se as falas de P1 e P8, as quais elucidam os pontos supracitados: “*Ela (a filha) ficava o dia todo ali com ela (bisavó)... ela gostava muito de estar com a sua bisavó... brincava, ia para escola, mas quando não estava brincando, não estava na escola, estava lá com sua bisavó (...)*” (P1); “*A mãe do meu esposo, ela tinha um negócio e aí nós tínhamos verduras... sim... só verduras, para comer... macarrão, muito pouco assim (...)*” (P8).

Os trechos acima refletem a família como uma rede de apoio, tanto no âmbito dos cuidados básicos, quanto no sentido emocional e afetivo. Assim, tal aspecto configura-se como um meio protetivo ao imigrante, o qual necessita ser olhado com atenção também após a chegada ao país de acolhimento.

Atividades de Lazer

A presente subcategoria aborda as atividades de lazer realizadas no país de origem e expostas nas falas dos participantes. Assim, por meio das verbalizações, constatou-se a presença notória de atividades realizadas ao ar livre, como brincadeiras com bola e momentos na praia ou em rios. Destaca-se que tais momentos de lazer eram associados principalmente aos filhos, evidenciando a preocupação da família com a preservação da saúde mental infantil.

Frente aos aspectos protetivos supracitados, torna-se relevante a presença do lazer no país imigrado também. A promoção de tais atividades de lazer apresenta-se como uma alternativa para o fortalecimento de vínculos entre a população refugiada e o país de acolhimento (ACNUR, 2019b).

Mais especificamente no contexto brasileiro, ações como a do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o qual já promoveu aos finais de semana encontros que visavam reunir as famílias imigrantes e as famílias brasileiras, através de atividades como pintura, jogos e práticas artesanais são um exemplo a ser seguido nesse cenário (IMDH, 2017). Posto isso, expõe-se a seguir as falas de P7 e P10, as quais demonstram os aspectos apontados: “*Na Venezuela tem a liberdade de que... por exemplo, fechar a rua e jogar bola, futebol (...)*” (P7); “*Eles, lá, não são muito brinquedo, se brinca, mas lá se vai muito na praia, no rio, tem muitas águas termais*” (P10).

Os trechos acima exibem os momentos ao ar livre e a prática esportiva como um fator protetivo e de promoção do lazer. Tais ações, mostram-se como um aspecto de manutenção da saúde tanto física, quanto mental e incentiva uma relação familiar saudável, sobretudo entre pais e filhos.

Fatores de risco pós-migratórios

Esta categoria é representada pelas subcategorias: questões habitacionais (referente às problemáticas relacionadas a moradia experienciadas pelos imigrantes no país de acolhimento); idioma (dificuldade de compreender e de falar o idioma português); saudade (vinculada a menção da falta de entes que ficaram no país de origem ou migraram para outros locais); e, por fim, adaptação (associada as falas dos imigrantes que abordaram as barreiras encontradas para o processo adaptativo e de aculturação).

Questões habitacionais

Os participantes abordaram principalmente períodos em que a família necessitou viver na rua, assim como em refúgios. Destaca-se também a menção da ocorrência de violência nos locais (como brigas, roubos e até mesmo episódios em que

os imigrantes tiveram suas barracas queimadas). Além disso, houve a citação da exposição intensa ao sol e ao contato com insetos, bem como a inexistência de locais para a realização das necessidades de higiene nos momentos em que os imigrantes não possuíam habitação.

Nesse cenário, registra-se que as dificuldades apresentadas no país imigrado relacionadas a moradia, bem como condições sanitárias e até mesmo vinculadas a outras esferas (como emprego, educação e aspectos emocionais), são pontos também mencionados no estudo de Granada et al. (2017). Pauli e Almeida (2019), por sua vez, associam as condições precárias de sobrevivência, como por exemplo, imigrantes vivendo nas ruas, a violação dos direitos humanos. Diante disso, os autores elucidam o papel do Estado sob tais fatos, a fim de modificar essa situação de vulnerabilidade social.

Outra vivência experienciada por essa população tem a ver com fato do processo migratório ter ocorrido de forma gradual, ou seja, primeiro imigra um membro da família em busca da moradia e outras condições básicas e após isso, os demais familiares viajam em direção ao país de acolhimento. Registra-se que esse modo de funcionamento foi evidenciado tanto em algumas famílias do estudo em questão, quanto no artigo de Bezerra (2016). Já no âmbito legislativo, cabe mencionar o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, que estabelece a moradia como um direito social a todos os indivíduos. Posto isso, apresentam-se as falas de P1 e P7:

(...) ficamos na rua em Pacaraima, na fronteira de Brasil e Venezuela... ali ficamos vinte dias... e ali uma amiga brasileira nos ajudou para irmos até Boa Vista... em Boa Vista moramos dois, três meses, na rua também... ali chovia, pegava sol (...). Isso foi muito horrível. (P1)

(...) queimaram as barracas de todos os venezuelanos e saímos correndo e ficamos assustados... estava cheio de policiais... e... eu falei com todos os venezuelanos que estavam ali... um pouco dos imigrantes voltaram para a Venezuela, outros ficaram ali... e eu fiz uma folha sabe: “oh gente vamos fazer um grupo de todos nós, venezuelanos, que estamos aqui, e vamos falar com o Governo do Brasil, ver se tem um abrigo, alguma coisa para nós”. (P7)

Os trechos acima refletem a vivência e as dificuldades das famílias imigrantes ao chegar no país imigrado. Evidencia-se uma precariedade relacionada a disponibilização de recursos básicos de sobrevivência, bem como a menção do amparo associada a solidariedade da nação brasileira. Diante disso e visto que a moradia se apresenta como um direito fundamental do sujeito, o Estado necessita olhar e intervir de maneira mais efetiva e completa com vistas a garantia dos direitos humanos, bem como a saúde física e mental dessa população.

Idioma

A falta de compreensão da língua portuguesa foi mencionada frequentemente pelos imigrantes. Destaca-se ainda que expressões como “dificuldade” e “complicado” apareceram juntamente com as declarações associadas ao entendimento da língua. O idioma mostra-se de suma importância para o processo de adaptação, bem como de integração daquele que imigra (ACNUR, 2019a; Bezerra, 2016). Nessa conjuntura, o estudo de Lodetti e Martins-Borges (2020) apresenta dados notórios, posto que as autoras salientam que todos os treze participantes da sua pesquisa declararam não ter nenhum conhecimento da língua portuguesa antes da imigração. Além disso, o artigo também expõe a dificuldade de oferta de cursos para aprendizagem do idioma no país imigrado. Machado et al. (2019), por sua vez, associam a falta de domínio da língua existente no país de acolhimento com um fator que pode agravar os estressores e a condição de sofrimento. Rikils (2019) também apresenta a questão do idioma como uma das primeiras barreiras enfrentadas pelo imigrante, juntamente com as problemáticas culturais. Assim, expõe-se as verbalizações de P1 e P2: “*Eu não entendo nada... tenho que aprender... um senhor pediu para mim: ‘passa a sacola?’ e eu fiquei pensando: o que é sacola? ... perguntei, o que era sacola (...)*” (P2).

Bem... para mim é um pouco complicado... eu compreendo tudo que me fala, mas eu... para falar, me custa um pouco porque é... eu sou também um pouco tímida... então tenho vergonha de falar... errado... acho que de tudo, tem me custado um pouco isso (...). (P1)

Evidencia-se, por meio dos discursos, como a falta de domínio da língua portuguesa pode mostrar-se como um fator de risco à saúde das famílias imigrantes, posto que influencia no processo aculturativo. Registra-se, ainda, que tal dificuldade pode gerar episódios de constrangimento e exclusão do imigrante e sua família. Dito isso, torna-se de fundamental importância o olhar das políticas públicas nesse cenário, uma vez que a linguagem possui impacto na vivência do sujeito como um todo (tanto na esfera dos contatos profissionais, por exemplo, quanto no contexto dos relacionamentos interpessoais).

Saudades

Observou-se uma predominância de trechos vinculados à saudade dos pais dos participantes, principalmente para os filhos, devido à proximidade entre netos e avós no convívio antes da saída do país de origem. Registra-se também que,

devido ao processo migratório ter ocorrido por partes em algumas famílias, ou seja, primeiro vinha um ou alguns membros a fim de conseguir emprego e dinheiro, tiveram participantes que ficaram separados de seus filhos por algum tempo, fator esse que também gerou um sentimento de saudade. A família e sua composição depois da imigração, bem como os vínculos e rupturas em decorrência do processo migratório, mostram-se como um fator que pode afetar a saúde mental do imigrante, bem como sua adaptação no país de acolhimento (Falicov, 2016). No mesmo contexto, Galina et al. (2017) associam a separação de familiares, assim como a responsabilidade do imigrante de enviar recursos financeiros para os entes que ficaram, como alguns dos desafios vistos no âmbito pós-migratório. Destaca-se também, as tensões emocionais vivenciadas pelas famílias em decorrência dessas rupturas forçadas (Bryceson, 2019). Bezerra (2016), aborda a comunicação com os parentes que ficaram via internet ou telefone como um aspecto utilizado pelos imigrantes. O mesmo artigo, aponta também, que tais recursos mostram-se benéficos para a manutenção do desenvolvimento saudável das crianças existentes nas famílias. Assim, expõe-se as falas de P2 e P10 a fim de clarificar tais apontamentos: “*Via ela muito triste e falou: ‘por que está assim?’ e falamos que era por causa dos filhos que estavam na Venezuela... ela (uma mulher brasileira que abrigou a família em Boa Vista) nos ajudou a buscar eles (...)*” (P10).

(...) me dói muito ficar longe de minha mãe, meu pai, minha irmã... aqui tem comida, oportunidades... mas não é fácil... para mim não é fácil... tenho uma irmã que está na condição que eu estava... e me diz: “mana como faz para eu ir para ai?” e eu falo: “é muito cedo, ainda não pode, eu não estou estabilizada”. (P2)

As verbalizações registradas demonstram as rupturas existentes em decorrência do processo de imigração forçada. Tal aspecto, mostra-se como um fator de risco à saúde do imigrante, posto que ele necessita lidar não somente com os laços deixados, mas com a existência de um contexto de vulnerabilidade em que os parentes que ainda estão no país de origem se encontram.

Adaptação

Foram identificadas barreiras associadas a cultura e também a procedimentos de ordem burocrática. No que concerne aos aspectos culturais, ocorreram a menção de comidas típicas e a dificuldade de encontrar esses alimentos no país de acolhimento (como por exemplo, a citação da *arepa*), bem como verbalizações vinculadas as mudanças no contexto das amizades, do convívio familiar, da mudança de emprego (ou falta desse) e da rotina como um todo. Já no que concerne as questões burocráticas, destaca-se a dificuldade de encontrar vagas disponíveis nas escolas para os filhos e a necessidade de retrocesso no ano escolar em função da mudança do idioma.

No que se refere as barreiras encontradas no contexto da inserção escolar, Raffoul (2020) aborda em seu estudo tais problemáticas. A esse aspecto, o autor também registra as influências da falta de documentos do imigrante. Destaca-se que o acesso à escola, sobretudo para a criança imigrante, permite o seu crescimento e amplia as possibilidades de um futuro com mais oportunidades quando ela estiver na fase adulta (Bryceson, 2019). Já quanto a alimentação, destaca-se que a reprodução da culinária nativa no país de acolhimento torna-se significativa para a criação de vínculos e senso de pertencimento (Lodetti & Martins-Borges, 2020). Registra-se ainda, como uma outra dificuldade vivenciada pelas famílias imigrantes, a falta de conhecimento acerca dos seus direitos no país imigrado, o qual, juntamente com outras experiências traumáticas vivenciadas tanto no contexto pré-migratório, quanto pós-migratório, colocam essa população em uma situação de vulnerabilidade social (Galina et al., 2017). Nessa conjuntura, apresentam-se as falas de P6 e P10: “*Ela não está (na escola), não tem vaga...eu não encontrei vaga aqui para ela*” (P6); “*Não... nenhuma farinha parecida com ela (arepa)... nenhuma... nós tentamos fazer com a farinha daqui, de milho, não, não, muito ruim*” (P10).

Os registros expostos evidenciam as dificuldades vivenciadas pelas famílias imigrantes relacionadas a procedimentos burocráticos e também advindas do processo aculturativo e do desamparo do país de acolhimento nesse sentido. Assim, cabe as políticas públicas um olhar sob tais aspectos, posto que se torna importante para a manutenção da saúde integral do imigrante uma inserção pautada nos preceitos da cidadania e da inclusão.

Fatores de proteção pós-migratórios

Representada por quatro subcategorias, sendo: instituições (que se refere as menções de serviços de acolhimento e amparo ao imigrante); atividades de lazer (vinculadas aos trechos em que as famílias mencionaram meios de diversão e descanso após a imigração); receptividade no Brasil (associada a forma de recepção e auxílio dos brasileiros); e, para finalizar, amparo escolar (que apresenta o papel da escola na vivência das famílias).

Instituições

Houve a predominância da menção da Rede Cáritas associada ao suporte com alimentação, itens de higiene, abrigo, acolhimento, disponibilização de oportunidades de emprego, ajuda com documentações e até mesmo, ao oferecimento

de brinquedos para as crianças. Além disso, foi mencionada a Igreja local e o suporte advindo da família. Destaca-se que nenhum dos participantes mencionaram ações governamentais como meio de amparo e assistência.

Nesse sentido, frente a carência de políticas públicas efetivas, destaca-se o papel significativo da sociedade civil brasileira no acolhimento a população imigrante, bem como de organizações independentes, como programas promovidos pela Igreja (Rikils, 2019; Santos, 2020; Silva et al., 2020). Salienta-se, nessa conjuntura, a necessidade emergente de um debate coletivo, tanto do governo brasileiro, quanto de organizações internacionais (Castro et al., 2019). Na mesma linha, Lodetti e Martins-Borges (2020) associam a falta de políticas de acolhimento como um fator de risco ao imigrante. Pontua-se também, a importância da inserção do imigrante nas políticas públicas e sua influência no processo aculturativo, posto que a exclusão dele em tais políticas influencia o seu acesso a saúde, educação, moradia e de cidadania como um todo, o que pode gerar altos níveis de estresse para essa população (Dantas, 2017). Lodetti e Martins-Borges (2020) abordam também uma lacuna existente na prestação de serviços relacionados a alimentação, amparo com o idioma, bem como de redes de acolhimento ao chegar no Brasil. Por fim, outro ponto significativo refere-se às dificuldades de acesso a serviços de saúde (Bezerra et al., 2018; Galina et al., 2017), aspecto esse que também necessita de modificações. Posto isso, apresentam-se as verbalizações de P2 e P4:

Conheci uma senhora da Cáritas... ela falou com outra agente da Cáritas... de Boa Vista... e então... nos abrigaram... três meses... nos deram ajuda, comida, por três meses... conseguiram coisas para as crianças... para as minhas e para muitas que estavam naquele parque (...). Hoje em dia graças a Deus e a Cáritas... estou aqui muito bem... meu esposo conseguiu um emprego (...). (P2)

As mulheres, as senhoras e senhores, me ajudavam... não tinha habitação, com a menina... não se conseguia... tudo eu chorava... então em dezembro, nós passamos nesse parque e a senhora da Cáritas aparecia para nos levar comida... e... levaram boneca para a minha filha... levaram muitas coisas, roupas (...). (P4)

As falas acima evidenciam o papel significativo de organizações independentes no acolhimento ao imigrante, bem como na assistência e disponibilização de recursos básicos de sobrevivência (como alimentação, roupas, sapatos e abrigo). Nessa conjuntura, destaca-se a carência de verbalizações relacionadas a iniciativas do Estado para o amparo do imigrante, aspecto esse que merece atenção e até mesmo, discussão, tanto no contexto das políticas existentes, quanto das brechas que ainda necessitam serem preenchidas, visando iniciativas mais efetivas e que promovam o desenvolvimento saudável dessa população.

Atividades de Lazer

Houve a menção de utensílios tecnológicos (como celular e televisão), bem como atividades ao ar livre (como parques, praias e futebol). Ainda, a citação da Igreja e de atividades com pintura como formas de promoção do lazer. Na literatura internacional, destaca-se que o estudo de Mahmood et al. (2019) constatou que os níveis de atividade física nos tempos de lazer foi menor em imigrantes recentes e de minorias étnicas, quando comparados com imigrantes já estabelecidos. Salienta-se que na Constituição Federal do Brasil, o lazer apresenta-se como um direito social fundamental (Rikils, 2019). Nesse contexto, como uma tentativa de promoção do lazer no Brasil, registra-se as chamadas “Martes de Cine” (traduzido para o português como “Terças de Cinema”) realizadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Manaus, a qual preparou sessões de filmes para imigrantes e refugiados abrigados na rodoviária da região. Além disso, foram oferecidos pipoca e suco para a população, assim como após o término do longa-metragem ações informativas (principalmente relacionadas a higiene básica e prevenção da COVID-19) foram disponibilizadas (OIM, 2020). Nessa conjuntura, apresentam-se abaixo as falas de P4 e P10: “Parque, comer sorvete (...)” (P4); “Mais no parque e na praia... ontem, fomos ali na Floresta, viram vaca, cavalos, o rio, corre pra cá, corre pra lá, pegaram muito sol (...)” (P10).

Por meio das falas dos participantes percebe-se a menção notória de atividades ao ar livre associadas ao lazer. Nessa conjuntura, a promoção de iniciativas que permitam tais atividades mostram-se como um aspecto protetivo no país de origem, além de fomentar as relações interpessoais e o processo aculturativo do sujeito.

Receptividade no Brasil

Os participantes declararam com notoriedade uma recepção acolhedora e solidária no Brasil. Destaca-se que os imigrantes mencionaram o apoio dos brasileiros relacionados ao auxílio com alimentação, roupas, calçados, moradia, ajuda financeira, além do amparo para conseguir vagas na escola para os filhos e para adquirir emprego. Salienta-se que o apoio social da comunidade se mostra notório para reconstrução de laços e conexões, assim como a falta dele e o isolamento podem trazer consigo consequências à saúde do imigrante (Falicov, 2016). Lodetti e Martins-Borges (2020) também apresentam o acolhimento advindo dos brasileiros como um aspecto de fomento das relações interpessoais e um

facilitador para o encontro de mais redes de amparo e assistência, assim como para o acesso a serviços. Na mesma linha, a revisão bibliográfica de Galina et al. (2017) enfatiza a importância de redes de apoio e da organização dos sistemas de saúde como aspectos protetivos ao imigrante no país de acolhimento. Já no âmbito das políticas públicas no país migrado, destaca-se que devem levar em consideração as especificidades do imigrante, promovendo o aumento da qualidade de vida e da equidade no acesso a serviços (Granada et al., 2017). Assim, apresentam-se as falas de P1 e P10, as quais expõem a solidariedade da população brasileira: “*Na casa dela por três meses (uma brasileira que acolheu) ... nos ajudou muito com a comida, nos ajudou a procurar trabalho (...)*” (P1); “*Ela nos ajudou com a comida, trabalhamos, como era brasileira, ela falava com o rapaz ...para conseguir trabalho (...)*” (P10).

A solidariedade advinda dos brasileiros apresenta-se como um aspecto relevante no auxílio e disponibilização de recursos básicos de sobrevivência ao imigrante. Frente as verbalizações supracitadas, percebe-se a influência que a recepção no país de acolhimento possui para essa população e como as relações estabelecidas promovem a inclusão até mesmo no mercado de trabalho. Nessa conjuntura, destaca-se que, embora exista a solidariedade da população nativa, a responsabilidade de oferecer tais recursos ao imigrante não cabe a ela e sim ao Estado. Assim, torna-se necessário que o governo tenha clareza de seu papel diante da população imigrante, não o direcionando para a sociedade civil, mas trabalhando em conjunto com ela.

Amparo Escolar

Para os pais, a escola foi aparece como uma rede de apoio para o núcleo familiar e sobretudo para seus filhos. Através da escola, os participantes declararam o incentivo das relações interpessoais dos infantes, o fomento das brincadeiras e um auxílio para o aprendizado do idioma no país de acolhimento. Além disso, os pais mencionaram o papel dos professores e sua influência para o desenvolvimento e adaptação das crianças presentes nas famílias. Com resultados semelhantes aos encontrados no presente estudo, a pesquisa de Bezerra (2016) também mostra a escola como um espaço de fomento das relações interpessoais das crianças imigrantes, bem como para o aprendizado e aquisição do idioma. Rikils (2019) salienta a educação como um direito básico do indivíduo e registra a importância de políticas públicas inclusivas e que fomentem o desenvolvimento dos sujeitos. Por fim, Machado et al. (2019) enfatizam também a importância de uma perspectiva não centralizada no que concerne a prestação de serviços ao imigrante, mas que tais ações sejam disponibilizadas de forma articulada, ou seja, que as ações de saúde, educação, assistência social e segurança pública funcionem como uma rede, conectadas e pautadas nos preceitos da integralidade. Dito isso, são expostas as falas de P2 e P7: “*(...) a única coisa que falou, quando mudou de escola, foi: ‘mãe, vou para outro colégio, com outros amigos, não!’ ... mas agora, tem uma amiguinha, que arruma seu cabelo, colocam lacinhos, comem caramelo, lhe traz maçã (...)*” (P2).

Foram muito bem recebidos, excelente escola, de verdade, nós estamos muito agradecidos por essa escola... apoiou eles (as crianças), se sentiram como em casa, entende ...e ...a criança fica muito feliz... a escola deu muita felicidade a eles, estão indo para a escola, tem uma vida. (P7)

A escola mostra-se como um ambiente de acolhimento para as famílias, sobretudo para as crianças imigrantes. Através da inserção escolar, torna-se possível o fomento das relações com os membros do país migrado, assim como a aprendizagem do idioma, promovendo o processo de aculturação de uma forma saudável e acolhedora. Frente a isso, cabe às políticas públicas se atentarem para a disponibilização de vagas para todas as crianças que chegam, assim como uma prestação de serviço que esteja preparada para orientação e realização das documentações necessárias, a fim de evitar processos burocráticos lentos e otimizar a inclusão dessas crianças no ambiente educacional.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo investigar os fatores de risco e proteção do processo migratório de famílias venezuelanas residentes no sul do Brasil sob o olhar das políticas públicas. Nesse sentido, constatou-se como fatores de risco pré-migratórios para as famílias a carência de alimentos, bem como a falta de medicamentos, itens de higiene e de uso pessoal, como roupas e sapatos. Contraposto a isso, os fatores de proteção encontrados no país de origem puderam ser vistos por meio do amparo de familiares e amigos, bem como através da promoção do lazer, com destaque para atividades ao ar livre. Já os fatores de risco vivenciados no Brasil, relacionaram-se a falta de moradia ou a condições precárias existentes nela, além da menção da violência nos locais. Os participantes também expressaram dificuldades com o idioma do país migrado, a saudade de entes que não puderam imigrar junto e a dificuldade de inserção escolar da criança, devido à falta de vagas, além do retrocesso no ano escolar. Destaca-se ainda, as barreiras experienciadas relacionadas à cultura, posto que as famílias mencionaram dificuldades para realização de comidas típicas após a imigração. Por fim, como fatores de proteção pós-migratórios cita-se o papel das organizações independentes, como a Organização Cáritas, no acolhimento e prestação de recursos básicos ao imigrante, juntamente com a solidariedade da população brasileira. Além disso, o lazer,

visto também através de atividades ao livre, somados a utilização de recursos tecnológicos e o acolhimento advindo da escola, esse último, principalmente para as crianças, apresenta-se como um aspecto protetivo.

Assim, percebe-se que, embora nos últimos anos tenha ocorrido modificações no contexto das políticas públicas brasileiras, as famílias que imigram ainda vivenciam fatores de risco significativos para a saúde mental e física dos membros. Destaca-se também, o protagonismo das organizações independentes na recepção dessa população, ao passo que as ações governamentais possuem um papel coadjuvante, uma vez que todos os participantes da pesquisa mencionaram apenas instituições não vinculadas ao governo. Nessa conjuntura, torna-se necessário a reflexão e debate do Estado em como está ocorrendo a aplicação das ações existentes e ainda, preencher as lacunas presentes nesse contexto. Visto que o imigrante involuntário já possui estressores significativos no país de origem, a implementação de políticas eficazes e que garantam os direitos humanos, torna-se imprescindível para a promoção da saúde e qualidade de vida no país imigrado.

Como limitações dessa pesquisa, cita-se a restrição da região de coleta de dados. Além disso, a indisponibilidade de um ambiente completamente silencioso em alguns momentos e as dificuldades com o idioma nativo dos imigrantes. Assim, indica-se a realização de mais estudos, em outras regiões, tanto de caráter transversal, quanto longitudinal, além da inserção de estudos quantitativos. Como benefícios dessa pesquisa, pode-se destacar que a presente análise traz consigo informações que poderão servir como um meio de orientação para futuras intervenções, com enfoque para a promoção da saúde das famílias.

Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]. (2019a). *Migrações, refúgio e apatridia: Guia para comunicadores*. ACNUR. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]. (2019b). *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas*. ACNUR. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]. (2021a). *Relatório anual CSVM*. ACNUR. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-Anual-CSVM-2021_final.pdf
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]. (2021b). *Relatório anual do ACNUR: O que conquistamos juntos em 2021*. ACNUR. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-acnur-ig-final-web_FINAL.pdf
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]. (2023). *Relatório Nacional: 1º Semestre 2023*. ACNUR Brasil. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/09/ACNUR-Brasil-Relatorio-Nacional-1-Semestre-2023.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bee, H. (2011). *A criança em desenvolvimento*. 12ª ed. Artes Médicas.
- Bezerra, C. B. (2016). *Distantes do berço: Impactos psicológicos da imigração na infância* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/176662/345646.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bezerra, C. B., Martins-Borges, L., & Cunha, M. P. (2018). Hijos de las fronteras: Revisión de literatura sobre inmigración involuntaria, infancia y salud mental. *CES Psicología*, 12(2), 26-40. <https://doi.org/10.21615/cesp.12.2.3>
- Bryceson, D. F. (2019). Transnational families negotiating migration and care life cycles across nation-state borders. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(16), 3042-3064. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1547017>
- Castro, F. R. de, Silva, E., Reis, G., & Estevam, A. (2019). Violação de direitos humanos para fins de refúgio: Discutindo a definição ampliada de refugiado. *Lex Humana*, 10(1), 81-98. <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1605>

- Dantas, S. (2017). Saúde mental, interculturalidade e imigração. *Revista USP*, (114), 55-70. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p55-70>
- Falicov, C. J. (2016). Processos das famílias imigrantes: Uma estrutura multidimensional. In F. Walsh. *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (Cap. 13, pp. 297-323, 4ª ed.). Artmed.
- França, R. A., Ramos, W. M., & Montagner, M. I. (2019). Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 89-106. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812019000100006&lng=pt&tlng=pt
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: Proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(2), 388-394. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2019, 19 de agosto). *Crise migratória venezuelana no Brasil*. UNICEF Brasil. <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>
- Galina, V. F., Silva, T. B. B., Haydu, M., & Martin, D. (2017). A saúde mental dos refugiados: Um olhar sobre estudos qualitativos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 297-308. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0929>
- Granada, D., Carreno, I., Ramos, N. & Ramos, M. C. P. (2017). Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 285-296. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0626>
- Instituto Migrações e Direitos Humanos [IMDH]. (2017). *Relatório de Atividades*. IMDH. <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/02/RELATORIO-vers%C3%A3o-final-31mar2018-VERSAO-OFICIAL-1-min.pdf>
- Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm
- Lodetti, M. B., & Martins-Borges, L. (2020). Processo migratório de refugiados sírios em Florianópolis (Brasil): Significações, fatores de risco e de proteção. *Alterstice - Revue Internationale de la Recherche Interculturelle*, 9(1), 95-106. https://www.journal.psy.ulaval.ca/ojs/index.php/ARIRI/article/view/BoieraLodetti_Alterstice9%281%29
- Machado, G. S., Barros A. F. O., & Martins-Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: Práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(55), 79-96. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>
- Mahmood, B., Bhatti, J. A., Leon, A., & Gotay, C. (2019). Leisure time physical activity levels in immigrants by ethnicity and time since immigration to Canada: Findings from the 2011-2012 Canadian Community Health Survey. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 21(4), 801-810. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30051207/>
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 151-162. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5ybFYzvWhw9K6TXFHY9QVpD/?lang=pt#>
- Moré, C. L. O. O. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde: Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 126-131. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7415300/mod_resource/content/1/Entrevista_semiestruturada_contexto_saude.pdf
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2019, 28 de junho). Uma criança imigrante morre por dia no mundo, revela ONU. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/uma-crianca-imigrante-morre-por-dia-no-mundo-revela-onu-23770778>

- Organização Internacional para as Migrações [OIM]. (2020, 01 de julho). *Martes de Cine: Atividades de lazer levam informação para venezuelanos em Manaus durante a pandemia*. OIM Brasil. <https://brazil.iom.int/pt-br/news/martes-de-cine-atividades-de-lazer-levam-informacao-para-venezuelanos-em-manaus-durante-pandemia>
- Pauli, E., & Almeida, L. P. (2019). Atendimento à população venezuelana no Brasil: Uma análise da “reserva do possível” e do mínimo existencial. *Trayectorias Humanas Transcontinentales*, (4), 1-14. <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.1606>
- Raffoul, J. (2020). A (in)observância dos direitos das crianças refugiadas venezuelanas em Roraima. *Brazilian Journal of International Relations*, 9(2), 374-404. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/9261>
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. S., Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). Casa do Psicólogo.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P.B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5ª ed. McGraw-Hill.
- Santos, A. (2020). Os processos de políticas públicas e de acolhimento para haitianos em Maringá-PR. *Alamedas*, 8(1), 232-244. <https://doi.org/10.48075/ra.v8i1.24911>
- Silva, A. (2019, 18 de março). A cidade de Santa Catarina que mais recebeu venezuelanos. *NSC Total*. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/a-cidade-de-santa-catarina-que-mais-recebeu-venezuelanos>.
- Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T. & Macedo, M. (2020). *Refúgio em números*. 5ª ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Comitê Nacional para os Refugiados. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO%20EM%20N%C3%9AMEROS.pdf>
- Stewart, M., Dennis, C. L., Kariwo, M., Kushner, K. E., Letourneau, N., Makumbe, K., Makwarimba, E., & Shizha, E. (2015). Challenges faced by refugee new parents from Africa in Canada. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 17(4), 1146–1156. <https://doi.org/10.1007/s10903-014-0062-3>
- Rikils, F. (2019). *Imigrantes venezuelanos no município de Boa Vista - Roraima e as políticas públicas sociais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul]. Repositório Institucional UNISC. <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2434>

Como Citar:

Cunha, M. P., Machado, N. M., Bossardi, C. N., & Azevedo, I. C. (2024). Fatores de risco e proteção para imigrantes venezuelanos: Papel das políticas públicas. *Revista Subjetividades*, 24(1), e13560. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e13560>

Endereço para correspondência

Maiara Pereira Cunha
E-mail: maiara_pereira@yahoo.com.br

Natália Marques Machado
E-mail: machoadonatalia.m@gmail.com

Carina Nunes Bossardi
E-mail: carinabossardi@univali.br

Isadora Conversano de Azevedo
E-mail: isadora@caritas.org.br



Recebido: 28/02/2022

Revisado: 02/04/2023

Aceito: 21/05/2023

Publicado: 19/04/2024